



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024
(Do Sr. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ)

Apresentação: 15/05/2024 09:25:24,607 - CE

REQ n.138/2024

Solicita ao Ministro da Educação, Camilo Santana, informações acerca do andamento da greve da educação federal que já dura cerca de um mês, além de reivindicações acerca da indisponibilidade do Ministro para receber professores e técnicos em reunião.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito à Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro da Educação, Camilo Santana, o presente pedido de informações a respeito do andamento da greve da educação federal que já dura cerca de um mês, além de reivindicações acerca da indisponibilidade do Ministro para receber professores e técnicos em reunião.

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do art. 49 da Constituição da República, solicito as informações abaixo discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão da medida adotada:

1. Qual o andamento das negociações com servidores técnico-administrativos em educação e docentes federais, no que diz respeito às reivindicações da greve da educação federal?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Apresentação: 15/05/2024 09:25:24,607 - CE

REQ n.138/2024

2. Por qual razão o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) alega não ter sido recebida pelo Ministro da Educação, após a negativa quanto à proposta de acordo feita pelo governo?
3. Qual a proposta da pasta para a recomposição salarial das categorias citadas, reestruturação da carreira de servidores técnicos-administrativos em educação e investimento nas instituições federais de ensino superior?

Nesse sentido, enfatizamos a solicitação, visto que faz-se necessária a prestação das informações ora requeridas, com a finalidade de possibilitar a atuação parlamentar, no âmbito da função fiscalizatória do Poder Legislativo. E aproveitamos o pleito para solicitar encarecidamente que a pasta receba, por meio do Ministro Camilo Santana, os servidores técnico-administrativos em educação e docentes federais para tratar das reivindicações e resolver o quanto antes a greve que já perdura a cerca de um mês.

JUSTIFICAÇÃO

A greve das universidades e institutos federais chega à sua quinta semana, e até o presente momento a categoria reivindica a falta de atendimento por parte do Ministro da Educação, Sr. Camilo Santana, após a negativa quanto à proposta de resolução do governo federal.

Pontua-se, no entanto, que prestes a se completar um mês da última reunião, o governo federal anunciou uma nova rodada de negociação com os servidores, via Mesa Específica e Temporária da Educação com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Até aqui, o que se vê é um impasse em torno da principal reivindicação da categoria. Os profissionais reivindicam aumento de 22,71%, dividido em três parcelas iguais de 7,06% em 2024, 2025 e 2026.

Já o governo defendeu, em proposta apresentada no dia 19 de abril, ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), um reajuste de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Apresentação: 15/05/2024 09:25:24,607 - CE

REQ n.138/2024

9,5% no salário em 2025 e mais um de 3,5% em maio do ano seguinte. Os servidores negaram a proposta.

Na segunda-feira 13, o Comando Nacional de Greve do Andes protocolou uma nova contraproposta ao governo: manteve a defesa do índice de 22,71%, mas acatou o percentual de 9% proposto pelo governo para o ano de 2025. Reivindica, portanto, o seguinte escalonamento de reajustes: 7,06% em 2024; 9% em janeiro de 2025; e 5,16% em maio de 2026.

A ausência de reajuste para a categoria em 2024 é determinante para a continuidade da greve, segundo lideranças sindicais ouvidas pela reportagem. “Nós não aceitamos não ter nenhum tipo de recomposição em 2024. Ano passado nós não fizemos greve, negociamos com o governo que ainda tinha um orçamento defasado pelo governo anterior, mas saímos da campanha salarial de 2023 com o compromisso de que em 2024 as nossas perdas seriam olhadas”, afirmou a 1ª Tesoureira do Andes, Jennifer Susan Webb.

Mesmo compreendendo as reivindicações dos funcionários (entenda mais abaixo), estudantes entrevistados pelo g1 relatam, em resumo, as seguintes preocupações: perda de conteúdo pedagógico, especialmente entre quem cursa o ensino médio nos institutos federais e já carrega defasagens do período da pandemia; "calendário corrido" depois do fim da greve, com reposição de aulas nas férias e excesso de matéria ensinada em um período curto após a normalização; incerteza sobre a data da formatura, incluindo o risco de atrasar a inserção no mercado de trabalho formal; demora maior em receber o diploma e possibilidade de ficar de fora dos processos seletivos para universidades no ano que vem, como Sisu e Prouni (caso de quem está cursando no ensino médio nos institutos federais); ansiedade com gastos extras e problemas na alimentação, já que restaurantes/bandejões universitários, que oferecem pratos a menos de R\$ 1, estão fechados em alguns locais; prejuízo em projetos de pesquisa, porque há instituições que limitaram o funcionamento das bibliotecas ou interromperam as mentorias dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); atraso na





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Apresentação: 15/05/2024 09:25:24,607 - CE

REQ n.138/2024

concessão de novos auxílios estudantis, devido à paralisação do setor administrativo; e risco de evasão dos alunos mais vulneráveis, caso a greve se estenda por muitos meses.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), ao menos 270 unidades de ensino de 21 estados aderiram à paralisação. Nas universidades, há servidores técnicos administrativos (TAEs) em greve desde o último dia 11. A mobilização é organizada pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) e afeta pelo menos 30 universidades.

Outrossim, aproveita-se esta oportunidade para solicitar que o Sr. Camilo Santana, Ministro da Educação, receba a categoria o quanto antes e promova a resolução dos pleitos reivindicados.

Outrossim, é de interesse populacional o acesso a tais informações, assim como, cabe dentre os deveres parlamentares tal fiscalização, o que pode ocorrer neste caso por meio do acesso às informações detalhadas.

Portanto, solicito aos ilustres colegas a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2024.

DEPUTADO DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
(PL-SP)



* C D 2 4 3 8 2 6 5 9 6 7 0 0 *